

Eduardo Jorge vai ter de explicar cheques ao Senado

Ex-secretário dirá que dinheiro refere-se à venda de imóvel e repasse de cunhado

MAURÍCIO LIMA

BRASÍLIA — O ex-secretário geral da Presidência Eduardo Jorge Caldas terá que explicar hoje no seu depoimento, às 10h, no Senado, o aparecimento de quatro cheques em sua conta corrente entre os anos de 1996 e 1997. Os auditores estranharam os lançamentos porque nesse período, Eduardo Jorge ainda não tinha qualquer empresa fora do governo. Sua renda era estritamente dos benefícios que recebia do governo e de uma aposentadoria. No relatório preparado pela auditoria da Comissão, está escrito: "os seguintes lançamentos de valor elevado, que merecem esclarecimento".

O primeiro depósito selecionado pela auditoria é de R\$110.700,00. O cheque foi depositado no dia 13 de junho de 1996 na conta 230.522-4, do Banco do Brasil. Essa conta é uma conta-conjunta que pertence ao ex-secretário e à sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira. O segundo foi feito no dia 30 de julho de 1997 no valor de

R\$42.394,57. O terceiro cheque, de R\$25.000,00 foi depositado no dia 1º de abril de 1997 e o quarto em 11 de abril do mesmo ano, no valor de R\$16.000,00.

A análise dos auditores da Comissão de Fiscalização e Controle foi feita em cima da documentação enviada pelo próprio Eduardo Jorge. Por essa razão, os auditores acreditam que ele possa explicar porque recebeu os depósitos. Foram seis pastas de documentos, onde Eduardo Jorge enviou declarações de imposto de renda, movimentação bancária e telefônica. Ele abriu também a participação societária de seis empresas: EJP Consultores Associados, EJ Pereira Consultores, LC Faria, JCP Empresarial, Grupo Meta e Escritório Eduardo Jorge.

Contradições — Os auditores concentraram o trabalho sobre o sigilo bancário e fiscal de 1994 a 1999. Durante 30 dias, eles analisaram o material. A idéia, evidentemente, era encontrar contradições ou pistas que pudessem mostrar se o ex-secretário enriqueceu ilicitamente por usar tráfico de in-

fluência durante o seu período no Governo. Além dos cheques, os auditores vão requisitar mais informações sobre mais duas movimentações financeiras.

A primeira é uma contribuição regular de R\$11 mil, feita por uma pessoa física. Durante sete meses em 1998, Eduardo Jorge recebeu esse valor. A segunda informação que os auditores pretendem pedir mais esclarecimentos é a existência de uma conta no Citibank, agência de Nova York, que o ex-secretário declara no seu imposto de renda. A conta está na declaração de 1999, com o valor de US\$61.246,60. Os auditores querem obter mais dados sobre a movimentação financeira dessa conta.

Apesar de algumas dúvidas, o documento produzido pela Comissão de Fiscalização e Controle não se posiciona diante das acusações contra o ex-secretário do presidente. Em relação à compra do apartamento no Rio de Janeiro, o documento diz que é perfeitamente possível diante da evolução patrimonial de Eduardo Jorge e de sua esposa. Em outro trecho, no entanto,

diz textualmente: "Não se pode dizer, efetivamente, que, à luz dos documentos em exame, não haja irregularidades de natureza tributária, administrativa ou criminal".

Explicação — Localizado ontem à noite pelo **Jornal do Brasil**, Eduardo Jorge disse que o primeiro cheque é referente à venda de um apartamento que ele tinha no Rio, em 1996. Eduardo Jorge diz que o apartamento foi vendido por R\$125.000,00 e o valor de R\$110.700,00 corresponde ao repasse que a corretora fez para ele. O segundo cheque, de R\$42.394,00, teria sido um depósito feito por um cunhado que vendeu bens no Rio e pediu para que ele fizesse uma aplicação. Eduardo Jorge não se lembrou dos outros dois cheques.

O ex-secretário Eduardo Jorge está seguro do seu depoimento de hoje. Ele chegou, inclusive, a desafiar os procuradores Luiz Francisco e Guilherme Schelb: queria uma acareação com a dupla. Schelb considerou o pedido de acareação uma tentativa de intimidação ao trabalho do Ministério Público.